



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681035 - MG (2021/0224188-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DOUGLAS SILVA ARAUJO JUNIOR E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PAULO HENRIQUE MOURA LARA - MG143453  
DOUGLAS SILVA ARAUJO JUNIOR - MG166659  
RONAN FELICIO - MG168318  
LISA FERREIRA - MG166506  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : LUCAS RAFAEL BARBOSA VILELA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS RAFAEL BARBOSA VILELA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.110113-4/000).

Infere-se dos autos que "o Paciente se encontra no curso do cumprimento de pena pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei 11.343/06, à pena de cinco (05) anos de reclusão (Atestado de Pena de f. 01/02 –doc. de ordem 21)" (fl. 11).

Os impetrantes sustentam que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de equívoco do juízo da execução que fixou a data-base de progressão diferente da que lhe assiste.

Requer a concessão da ordem para readequação da data de progressão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Não obstante o impetrante tenha intitulado a inicial como "*habeas corpus* com pedido liminar", não ficaram delineados nos autos os pressupostos da liminar, o que inviabiliza sua análise.

Outrossim, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente